

**A FAVELA BALEEIRA NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: da
formação geohistórica à segregação**

Mariana Machado Tavares

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal
Fluminense – Campos dos Goytacazes/RJ
mmachadotavares@gmail.com

Orientador: Marcelo Werner da Silva

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal
Fluminense – Campos dos Goytacazes/RJ
marcelows@id.uff.br

1 – INTRODUÇÃO

As favelas compõem o cenário urbano brasileiro há mais de um século e desde as suas origens são vistas como espaços da marginalidade e da precariedade das cidades. Geralmente formadas por habitações inadequadas, por ocupações consideradas irregulares e por grupos sociais alijados dos seus direitos, materializam as desigualdades impostas pela acumulação injusta do capital nas mãos de um grupo minoritário que se apropria do solo das cidades e molda a vida urbana pela sua ótica e pelos seus exclusivos e nefastos interesses, tendo o Estado como facilitador de suas articulações e negócios. Estas características fazem das favelas espaços estigmatizados, nos quais as vítimas tornam-se culpadas pela violência e pela degradação ambiental das cidades.

Segundo Abreu (2014), há indícios da existência de barracões de madeira em morros do Rio de Janeiro desde 1893/1894. Porém, foi a partir de 1950, que elas se tornaram crescentes, em decorrência dos processos de industrialização e urbanização. Desde a sua origem são comumente representadas como espaços de habitações inadequadas, carentes de saneamento básico, impregnados de muita pobreza e violência. Os estigmas e os estereótipos fazem da favela um lugar da ausência (ZALUAR e ALTIVO, 2006). Seus moradores – os “favelados” – acabam sendo reconhecidos como os que estão fadados à exclusão, não tendo direito à cidade, mesmo fazendo parte dela. Contudo, vale ressaltar, com base em Corrêa (1989), que as favelas são espaços sociais originados da resistência dos grupos excluídos diante do processo de segregação que constitui o espaço urbano. Também são locais da criação e da solidariedade, revelando

uma face, muitas vezes ocultada pelos meios de comunicação e pelos habitantes da cidade dita formal. São territórios de experiências e vivências de cidadãos que fazem e refazem o espaço urbano todos os dias, o que precisa vir à tona de forma mais radical e expressiva como um apelo para a real integração destes habitantes à sociedade.

A presente pesquisa, que ainda está em andamento, busca compreender o que é a favela Baleeira no espaço fragmentado da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, entendendo de que modo ocorreu o seu processo de formação e a sua transformação em um território segregado ligado ao tráfico de drogas e aos domínios por facções criminosas. Procuramos valorizar a visão dos moradores sobre o seu local de vivência, pois entendemos as favelas como espaços definidos e delimitados por e a partir de relações de poder, mas, as tratamos como territórios além da dimensão jurídico-política. Também a compreendemos numa dimensão simbólico-cultural, sendo “produtos da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Diante destas considerações, torna-se fundamental entendermos a estruturação da cidade para compreendermos o que é a favela no contexto urbano, que processos a produzem e quem são os atores sociais que a fazem e refazem cotidianamente. Conforme Villaça (2001, p. 133), “as estruturas intra-urbanas de nossas metrópoles encontram-se em diferentes estágios de um mesmo percurso histórico. Esse movimento só será captado se juntarmos a geografia com a história”. Maricato (1996) argumenta que uma das características da urbanização do Brasil, em concomitância com a industrialização, é a concentração de terra, renda e poder, combinando modernidade com exclusão e mantendo atributos de um Brasil arcaico e colonial. Portanto, não podemos desconsiderar as temporalidades na compreensão da formação e organização das cidades, principalmente quanto aos processos que produzem a segregação e as áreas sociais como as favelas. Acreditamos que seja de fundamental importância recorrermos às memórias da cidade de Campos dos Goytacazes, através de seus moradores e dos documentos, para investigarmos os processos que estruturaram a geografia local.

Villaça (2001) afirma que o principal elemento intra-urbano da estrutura espacial das cidades são os interesses das burguesias locais sobre o espaço local. As camadas de alta renda escolhem os sítios mais privilegiados e as áreas com menor custo e tempo de deslocamento ao centro. Enquanto as demais classes, sobretudo os subalternos, se

adaptam à vida na cidade nas áreas não apropriadas pela burguesia. Desta forma, os moradores das favelas, por exemplo, são cerceados do direito de residir em determinados bairros da cidade, transitar por ela ou frequentar, inclusive, alguns espaços públicos que as elites elegem como seus. São limitados por uma mobilidade urbana precária, pelos altos custos e pelos preconceitos diários.

Como mencionamos acima, em Campos dos Goytacazes/RJ isto não é diferente: partes da cidade são organizadas ou criadas para atender aos interesses dos que têm maior poder aquisitivo e as demais, consideradas menos privilegiadas, tornam-se espaços de moradia daqueles com condições de consumo reduzidas. Trata-se de uma cidade marcada pelo forte domínio das elites locais em sua organização. No passado, estas elites controlavam a cultura da cana-de-açúcar, possuindo vastas porções de terra e usinas dedicadas ao processamento da cana. No presente, parte delas atua na administração da cidade, dominando as rendas petrolíferas (RODRIGUES, 2015), ou em negócios que movimentam a economia local – comércio e imóveis. Campos dos Goytacazes vem vivenciando o crescimento das favelas ao mesmo passo em que se observa uma onda de empreendimentos imobiliários voltados para as camadas médias e altas da sociedade, através dos condomínios residenciais verticais ou horizontais. Neste contexto, encontra-se a favela Baleeira, localizada no entorno do Cemitério do Caju, ladeada pelos parques Leopoldina, Nossa Senhora do Rosário, XV de Novembro e Pecuária, possuindo cerca de 147 domicílios particulares ocupados, com 468 habitantes (IBGE, 2010). Todavia, para seus moradores ela tem uma dimensão territorial maior, visto que também integra a favela Oriente – com 115 domicílios particulares ocupados e 392 habitantes (IBGE, 2010) – já que seus limites se confundem e estão sob o mesmo poder local.

A questão central do nosso trabalho é: Como ocorreu a formação geohistórica da favela Baleeira no espaço fragmentado da cidade de Campos dos Goytacazes e a sua transformação em um território segregado ligado ao tráfico de drogas e aos domínios por facções criminosas? Uma questão que suscita alguns questionamentos: Quem são os atores sociais da Baleeira? Como enfrentam os desafios da vida cotidiana? O que é a Baleeira para estes cidadãos? Como eles percebem a Baleeira na cidade? Como as ações do Estado e os eventos sociais, econômicos e políticos do município interferem na organização e manutenção da Baleeira?



2 – OBJETIVOS

2.1: Objetivo Geral

A pesquisa visa compreender a favela Baleeira no espaço urbano de Campos dos Goytacazes, investigando o seu processo de formação geohistórica e a sua transformação em um território ligado ao tráfico de drogas e aos domínios por facções criminosas, valorizando a visão dos seus moradores, a sua vivência e a sua relação com o Estado, o poder local e outros habitantes da cidade num espaço que é reflexo e condicionante social.

2.2: Objetivos específicos

2.2.1: Caracterizar os atores sociais da favela Baleeira e o seu cotidiano, compreendendo como se estabelecem as relações dos mesmos com o Estado e com o poder local controlado pelo tráfico de drogas, bem como a ligação destes habitantes com moradores de outros territórios da cidade;

2.2.2: Investigar como ocorre a apropriação/valorização simbólica dos moradores da Baleeira em relação ao seu espaço vivido, analisando a identificação destes moradores com a favela e a possível interferência das desigualdades sociais na construção desta identidade e na manutenção da segregação deste espaço;

2.2.3: Recorrer às memórias da Baleeira, através dos seus atores sociais, dos moradores do entorno e dos documentos históricos, visando a investigação sobre a formação geohistórica desta favela, de um momento em que não existia até a sua transformação em um território segregado e ligado ao tráfico de drogas;

2.2.4: Analisar como os eventos sociais, econômicos e políticos do município interferem na organização e manutenção da favela Baleeira e contribuem para a ampliação e reprodução do processo de segregação e fragmentação do tecido sociopolítico da cidade, considerando que os seus habitantes fazem parte da mesma e têm direito a ela.

3 – METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter bibliográfico, documental e de campo, visto que conta com a interpretação de diferentes conceitos teóricos e uma revisitação de análises já realizadas sobre a realidade das favelas; trabalha com a investigação de variados documentos que resgatem as memórias da Baleeira bem como relatos de acontecimentos que a envolvem. Para atendermos ao caráter bibliográfico, discutimos sobre os diferentes conceitos relacionados ao tema, além da leitura de um vasto conjunto de trabalhos já desenvolvidos sobre as favelas do Brasil, incluindo as favelas de Campos dos Goytacazes. A pesquisa se fundamenta no conceito de território na perspectiva de Rogério Haesbaert – com base nas análises de Raffestin e Sack – associado às abordagens de Marcelo Lopes de Souza sobre a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial e às considerações de Roberto Lobato Corrêa, Flávio Villaça e Ermínia Maricato sobre o espaço urbano e intra-urbano, principalmente, em relação ao processo de segregação socioespacial e à formação geohistórica das cidades brasileiras. Assim, esta etapa do trabalho atende ao objetivo geral e aos objetivos específicos 2.2.1 e 2.2.2. Também trabalhamos com o conceito de direito à cidade nas concepções de Henri Lefebvre e David Harvey, atendendo ao objetivo geral e ao objetivo específico 2.2.4.

O caráter documental se concretiza por meio de consultas aos jornais tradicionais da cidade como O Monitor Campista, Folha do Povo, A Notícia e Folha da Manhã (disponíveis no Arquivo Público Municipal) para investigarmos sobre as memórias desta favela e sua representação pela mídia local. Analisamos projetos de leis, mapas, fotografias, outras imagens e registros de obras realizadas pela prefeitura na Baleeira ou áreas próximas a ela, visando o entendimento da expansão espacial da favela. Trabalhamos com métodos da Geografia Histórica (recortes sincrônicos), investigando sobre o processo de formação da Baleeira através de fontes visuais, escritas e orais. Para tanto, além disso, entrevistamos alguns moradores mais antigos através da pesquisa de campo. Realizamos percursos comentados e entrevistas semiestruturadas e abertas. Estes procedimentos atenderão ao objetivo geral e ao objetivo específico 2.2.3.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

Conforme relatos dos antigos moradores e alguns mais novos, que guardam as memórias dos seus antepassados, a Baleeira começa a se formar em meados dos anos 1950, inicialmente, por funcionários da prefeitura e desempregados que montavam barracos de tábuas em terrenos desocupados. Seu processo de formação e ampliação se liga à vizinhança do cemitério do Caju e ao antigo Triturador da prefeitura (garagem de veículos municipais, depósito e transformação de entulhos). Junto com a falta de infraestrutura e a existência de um brejo, a área tornava-se indesejável à ocupação convencional.

Jornais locais de 1955 nos apontam indícios de que a área carecia de infraestrutura e alagava com facilidade em épocas de chuvas, contribuindo para a presença de mosquitos, falta de higiene e constantes reclamações da população. Há notícias de que o Parque Leopoldina era um bairro novo na cidade e já se fazia bastante populoso, sofrendo com problemas urbanos como ruas alagadas e ordens de demolição de construções consideradas irregulares, como acusam decretos da divisão de engenharia no diário oficial do município (Jornal Monitor Campista), desde a década de 1950. Os jornais também revelam a preocupação da população com o Cemitério do Caju diante dos constantes alagamentos, já que estava num terreno considerado baixo. Além do mais, notícias chamavam a atenção para o número de barracões na cidade (231) em junho de 1955 e alertavam para a situação precária de bairros e favelas em novembro e dezembro do mesmo ano, devido às chuvas. Era também uma época de preocupação com os rumos da cidade, diante da baixa produtividade das lavouras de cana e da crise financeira da prefeitura, que buscava recursos federais no final deste ano.

Diante do contexto apresentado, faz-se necessário discutirmos o processo histórico de segregação presente na estruturação urbana brasileira. Corrêa (1989) caracteriza a segregação como produto da existência de classes sociais, sendo um processo que define especificamente a divisão social do espaço, concentrando um determinado tipo de população dentro de um dado território. As favelas materializam esta divisão de classes, pois os seus moradores ficam destituídos do direito de escolher as suas áreas de consumo no espaço urbano ao mesmo passo que servem de mão de obra para aqueles que compõem as camadas e os espaços mais privilegiados da cidade.



Estes aglomerados de exclusão (HAESBAERT E GONÇALVES, 2006), geralmente, se formam naquelas áreas que as camadas de alta renda não escolheram para construir suas residências e negócios. A formação da Baleeira está ligada à problemática da habitação na cidade de Campos dos Goytacazes, visto que suas origens se relacionam com a distribuição desigual da renda e o baixo poder aquisitivo da maioria para utilizar o solo urbano de forma adequada e digna.

Conforme os antigos moradores da Baleeira e do seu entorno, o espaço ocupado era composto por uma planta que deu nome ao local e que as obras de urbanização foram feitas depois da construção das primeiras habitações. Há relatos de que após as primeiras ocupações alguns terrenos foram doados pelo prefeito da época, João Barcelos Martins (governos de 1955-1959 e 1963-1964), para funcionários da prefeitura e trabalhadores que chegavam do campo, sendo feita uma drenagem parcial da área alagadiça, complementada no governo seguinte, do prefeito Rockefeller Felisberto de Lima (1964-1966). Os entrevistados afirmam que o processo de formação da Baleeira está ligado às necessidades de moradia dos trabalhadores da prefeitura e, mais tarde, desempregados e trabalhadores rurais que chegavam cada vez mais, diante da crise do setor sucroalcooleiro na cidade.

Conforme Villaça (2001), o principal elemento intra-urbano da estrutura espacial das cidades são os interesses das burguesias locais sobre o espaço local. Os moradores das favelas, por exemplo, são cerceados do direito de residir em determinados bairros da cidade, transitar por ela ou frequentar, inclusive, alguns espaços públicos que as elites elegem como seus. São limitados por uma mobilidade urbana precária, pelos altos custos e pelos preconceitos diários, marcados pelo estigma de habitar aquele território.

Segundo Corrêa (1989), nas favelas os grupos sociais excluídos são agentes modeladores do espaço urbano.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo o seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo e provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 1989, p. 30).

Henri Lefebvre apresenta o direito à cidade como o “direito à vida, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001, p. 7). Para o autor, o direito a cidade só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Lefebvre analisa a problemática urbana, refletindo os processos de acumulação de capital nas mãos de um pequeno grupo da cidade, o que a desvia de um projeto de construção de uma outra sociedade, a Sociedade Urbana. O direito à cidade faria a Sociedade Urbana romper com a reprodução das relações de produção e edificar um novo momento da construção do espaço e do próprio ser.

O geógrafo David Harvey afirma que, segundo o próprio Lefebvre, o direito à cidade era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência:

A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p. 11).

Harvey afirma que a urbanização desempenhou um “papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas (...) tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade” (HARVEY, 2012, p. 85). Este processo tem uma dimensão de classe, pois o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político são os que primeiro sofrem. Remove-se grande parte da classe trabalhadora e outros “elementos rebeldes” do centro da cidade, onde constituem uma ameaça à ordem pública e ao poder político. “O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2012, p. 87). Os moradores da Baleeira reconhecem a problemática das cidades que os direciona para a exclusão, mas consideram-se impotentes diante do descaso do poder público e dos conflitos inerentes nas relações de poder, procurando soluções individuais para os seus problemas cotidianos e não ações coletivas que podem promover mudanças.

As favelas são espaços nos quais os moradores estabelecem relações entre si, com moradores do entorno, com o Estado e o poder local, que controla o tráfico de

drogas de varejo. Estas relações são decisivas na configuração destes espaços, que se estabelecem, então, como territórios. Segundo Souza (2013), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, uma abordagem que não negligencia a materialidade do espaço e nem a dimensão cultural-simbólica da sociedade. Já Rogério Haesbaert (2004) conceitua território a partir de quatro vertentes básicas: a política ou jurídico-política – espaço delimitado e controlado onde se exerce poder; a cultural ou simbólico-cultural – produto da apropriação de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a econômica – fonte de recursos, forças produtivas e palco do embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; a naturalista – referindo-se às relações entre sociedade e natureza e do comportamento natural do homem em relação ao seu meio físico. Haesbaert (2004) considera as interpretações dos geógrafos Claude Raffestin e Robert Sack como sendo as mais consistentes sobre território, visto que enfatizam a sua dimensão política mas não a restringem ao papel do Estado nem ignoram as dimensões econômicas e culturais da sociedade. Raffestin caracteriza o território como “a prisão que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Para Sack, o território se caracteriza como uma área geográfica controlada por um indivíduo ou grupo que procura atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, o que se configura como a territorialidade (SACK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 87).

Uma memória marcante entre os atores da Baleeira e os moradores do entorno é o ambiente de “paz” e “tranquilidade” das origens desta favela. Contam que todos podiam circular livremente por ela e que os que não a habitavam se relacionavam constantemente com os seus moradores. Afirmam que na década de 1970 a favela já havia crescido bastante, incluindo pessoas vindas de outras cidades, e que, por volta, da década de 1980 passou a ser marcada pela rivalidade entre as facções criminosas e pelo tráfico de drogas, iniciando os conflitos e a violência no local e cerceando os seus moradores de circularem pela cidade, inclusive, em ruas próximas, já que ainda havia a divisão entre a Baleeira e a Oriente, comandadas por facções rivais. Hoje, elas formam uma só “comunidade” sob o domínio de um único poder local. Os jornais da época noticiaram esta problemática, reafirmando a associação favelas – drogas – violência e a imagem da favela como um problema da cidade e um espaço segregado.



Atualmente, a segregação e o tráfico de drogas continuam sendo um desafio para os moradores da Baleeira. As entrevistas já evidenciaram que há uma forte ligação dos mais velhos com a favela, um saudosismo do passado e um lamento pelos atuais conflitos, porém, as relações de pertencimento ao espaço os leva a resistirem a qualquer possibilidade de deixarem o local. Entre os mais jovens, isto não ocorre de forma homogênea: parte deles deseja permanecer e uma menor parte deseja retirar-se. O fator de maior entrave é a circulação pela cidade. São inúmeros os relatos de situações de constrangimento e preconceito sofridos pelos moradores da Baleeira em diferentes locais, principalmente, os elitizados como os shoppings e supermercados de grandes redes. Além disso, há uma limitação à ida destes moradores a outros bairros da cidade, que são territórios da facção criminosa rival. Ainda apresentam como ponto negativo o descaso do poder público com a infraestrutura e serviços, alegando que muitas vezes os problemas “da rua” são resolvidos pelos próprios moradores e o poder local.

Este poder local, que controla o tráfico de drogas de varejo, faz parte de um conjunto de relações de poder que geram conflitos constantes. Tais relações representam entraves para a atuação do Estado, que se aproveita dos mesmos para negligenciar serviços fundamentais aos cidadãos que habitam as favelas. Este contexto é a concretude da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial. Segundo Souza (2012), esta fragmentação coloca em primeiro plano a dimensão política, ou seja, a dimensão do poder. Por isso, trata-se de uma fragmentação territorial. Os espaços residenciais segregados desafiam o controle estatal, visto que “poderes paralelos ao Estado, protagonistas de atividades econômicas ilícitas, territorializam ostensivamente numerosos pontos do espaço intra-urbano, notadamente espaços residenciais segregados” (...) (SOUZA, 2012, p. 217). Este fenômeno contribui para reforçar, na outra ponta do espectro socioeconômico, a autosegregação, separando os territórios habitados por aqueles que têm renda para usufruir de uma moradia adequada daqueles ocupados por pessoas cuja a renda é insuficiente para tal. Assim, muitos espaços residenciais segregados acabam marcados pela criminalidade.



5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como as demais cidades brasileiras, Campos dos Goytacazes/RJ expressa as desigualdades sociais históricas em suas estruturas. A Baleeira materializa estas desigualdades, sendo composta por cidadãos que, resistindo à segregação, enfrentam desafios cotidianos para ocupar o solo urbano e circular pela cidade. Porém, ela também é espaço de vivência e de cidadania e, como tal, seus moradores têm direito à cidade, mas, são constantemente excluídos dos processos controlados pelas elites que compõem a máquina administrativa do município, destituindo a maioria dos seus direitos. Portanto, marcada pelo estigma da marginalidade, acaba sendo vista como espaço fadado à segregação e não é incluída nas memórias da cidade como integrante da sua história e da sua geografia. Pensar as cidades também é pensar as favelas, contudo, muitas vezes, na prática, as ações do poder público passam longe delas.

Desta forma, um trabalho que se destina à investigação da formação geohistórica de uma favela, compreendendo os processos inerentes nesta formação dentro de uma cidade fragmentada, pode contribuir para dar visibilidade a um espaço muitas vezes esquecido ou apenas lembrado como um problema e não como fruto de uma problemática urbana. A Baleeira continua sendo notícia em decorrência dos conflitos relacionados ao tráfico de drogas, mas sua história é desconhecida até mesmo por grande parte dos seus moradores, que reconhecem os fatores que os direcionam para a condição de excluídos, mas, muitas vezes, não conseguem perceber os meios para possíveis mudanças coletivas, utilizando-se apenas de saídas individuais diante dos desafios da vida cotidiana. O trabalho sobre suas origens e sua transformação em um território segregado pode trazer importantes informações sobre o espaço urbano de Campos dos Goytacazes, contribuindo para futuros estudos sobre a segregação e a favelização nesta cidade. Assim como, pode contribuir para resgatar e resguardar as memórias da favela Baleeira.

6 - REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAM, F. e HAESBAERT, R. (Orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. e GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. Trad. Jeferson Camargo. **Cidades Rebeldes**: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Trad. Jair Pinheiro. O direito à cidade. **Lutas Sociais**: Revista produzida pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: Aglomerados Subnormais/ Primeiros resultados.

LEFEBVRE, H. Trad. Rubens Eduardo Frias. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, I. P. R. D. As elites locais e a organização do território. **XI Encontro Nacional da Anpege**. ISSN 2175-8875. 9 a 12 de Outubro de 2015.

SOUZA, M. L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____, M. L de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

ZALUAR, A. e ALVITO, M. (org.). **Um Século de Favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

II CONGRESSO INTERNACIONAL

CALEIDOSCÓPIO

DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

05 a 08 de junho de 2017 - Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil